

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

A ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A AVALIAÇÃO DE REVISTAS CIENTÍFICAS

Laura Maria Rego-Piva, Universidade Estadual Paulista – UNESP, ORCID: 0000-0003-1874-2064, Brasil, E-mail: laura.maria@unesp.br

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1250-3767>, Brasil, E-Mail: dmch@ufscar.br

José Augusto Chaves Guimarães, Universidade Estadual Paulista - UNESP, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-2331>, Brasil, E-mail: chaves.guimaraes@unesp.br

Exo: Organização da Informação

1 Introdução

A história das revistas científicas remonta ao século XVII, quando publicações como o *Philosophical Transactions* da Royal Society, fundado em 1665, passaram a funcionar como instrumentos formais de registro, comunicação e divulgação do conhecimento científico (Royal Society, 2023). Desde então, os periódicos tornaram-se espaços essenciais para a divulgação de descobertas, a consolidação de tradições disciplinares, o estabelecimento de critérios de qualidade e a construção de reputação acadêmica. A evolução tecnológica e, em especial, a transição do formato impresso para o digital, provocou mudanças profundas nesse ecossistema, ampliando o alcance global da comunicação científica e intensificando as exigências por visibilidade, transparência e integridade editorial.

O cenário contemporâneo da comunicação científica é marcado por tensões entre demandas por produtividade, métricas de impacto e imperativos éticos. A crescente pressão por publicação em periódicos de alto fator de impacto, aliada à exigência de internacionalização e à adoção de práticas alinhadas à Ciência Aberta, tem redefinido as funções editoriais e imposto novos critérios de

avaliação às revistas científicas. Ao mesmo tempo, fenômenos como o produtivismo acadêmico, a proliferação de periódicos predatórios, o aumento das retratações e as persistentes desigualdades regionais e linguísticas evidenciam fragilidades estruturais no sistema, desafiando tanto a integridade científica quanto a democratização do conhecimento. Nesse contexto, as boas práticas editoriais despontam como referenciais essenciais para orientar a gestão responsável das revistas científicas, assegurando padrões elevados de qualidade, integridade e transparência. Tais práticas envolvem a formulação de políticas editoriais claras, a gestão responsável do processo de avaliação por pares e a adoção de medidas que promovam a equidade e previnam desvios éticos. Parte dessas reflexões foi desenvolvida em estudos publicados pelos autores do presente artigo, que discutem alternativas para o fortalecimento ético e inclusivo da comunicação científica (Guimarães & Hayashi, 2023, 2024; Guimarães, Hilário & Grácio, 2024; Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024b; Guimarães et al., 2025).

Esse contexto dinâmico e desafiador também se reflete na crescente competitividade entre revistas científicas, impulsionada pelos

critérios rigorosos para indexação em grandes bases de dados internacionais, como Scopus, Web of Science e PubMed, plataformas que conferem visibilidade, reputação científica e afetam diretamente indicadores como o Fator de Impacto. A essas exigências somam-se as pressões oriundas dos rankings universitários internacionais e das agências de fomento à pesquisa, influenciando diretamente a avaliação da produção científica das instituições. Nesse cenário, a gestão editorial tornou-se uma atividade cada vez mais complexa e estratégica, exigindo constante autoavaliação e adaptação às transformações do ecossistema científico global.

Embora ocupem posição central nesse ecossistema, as revistas científicas ainda carecem de metodologias capazes de integrar, de modo sistêmico, as especificidades disciplinares, os contextos institucionais e os princípios éticos e epistemológicos que orientam a atividade editorial. Nesse cenário, a Análise de Domínio desponta como uma perspectiva metodológica promissora, por articular dimensões sociológicas, epistemológicas e práticas que podem subsidiar processos de avaliação e autoavaliação editorial.

Inserida no campo da Organização do Conhecimento, a Análise de Domínio (AD) constitui uma abordagem interdisciplinar que busca compreender como o conhecimento é socializado, estruturado e representado em contextos disciplinares específicos (Hjørland, 2017; Guimarães, 2024). Ao considerar que o conhecimento registrado circula em meios técnico-científicos mediados por valores epistemológicos, éticos e sociais, a AD permite articular dimensões teóricas e práticas da atividade editorial.

Nesse marco analítico, as revistas científicas podem ser compreendidas não apenas como canais de comunicação, mas como arenas institucionais em que se configuram critérios de validação e divulgação do conhecimento. Elas se materializam por meio da delimitação de escopos temáticos, da definição de políticas editoriais e da seleção dos artigos aceitos para publicação – práticas que refletem visões de

mundo, disputas paradigmáticas e decisões editoriais muitas vezes implícitas. A partir da AD, torna-se possível explorar essas dimensões institucionais e epistêmicas, evidenciando como as revistas científicas não apenas disseminam o conhecimento, mas também participam ativamente da configuração de domínios disciplinares e da mediação de discursos especializados em seus respectivos campos.

Diante desse panorama, emerge uma questão fundamental: de que modo a AD pode subsidiar a construção de instrumentos metodológicos para avaliar revistas científicas de forma contextualizada, integrando aspectos estruturais, éticos e epistemológicos próprios de cada área do conhecimento? Tal indagação leva a que se bisque articular a AD às exigências contemporâneas da avaliação editorial, entendida aqui como um processo que deve considerar as especificidades teóricas, normativas e práticas de cada campo científico, e ser estruturado em múltiplas dimensões — tais como gestão editorial, controle de qualidade e integridade, sustentabilidade e visibilidade. À vista disso, este trabalho tem por objetivo propor um conjunto de indicadores para avaliação e autoavaliação de revistas científicas, fundamentados na perspectiva metodológica da AD, articulados à bibliometria qualitativa e às boas práticas editoriais.

Sob essa perspectiva, estudo se justifica por sua contribuição para o aprimoramento da governança editorial e para o fortalecimento da confiabilidade do sistema de comunicação científica, oferecendo subsídios que possam favorecer processos avaliativos mais transparentes, contextualizados e alinhados às transformações contemporâneas do setor.

Ao integrar fundamentos teóricos e práticas aplicadas, esta investigação busca oferecer subsídios tanto para a reflexão acadêmica quanto para a atuação prática de editores, avaliadores e instituições envolvidas na produção e disseminação do conhecimento científico. A seguir, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa.

2 Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho está estruturado em três eixos inter-relacionados. Inicialmente, aborda-se AD enquanto perspectiva teórico-metodológica que oferece subsídios para compreender a organização do conhecimento e, em especial, para analisar as estruturas e instituições da comunicação científica, contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos voltados às múltiplas dimensões da avaliação editorial. Em seguida, contempla-se a bibliometria qualitativa, aqui entendida como uma abordagem da AD capaz de evidenciar as dinâmicas sociais que permeiam os processos de comunicação científica, oferecendo subsídios para analisar a governança editorial dos periódicos. Por fim, são tratadas as boas práticas editoriais (BP), concebidas como um conjunto de princípios éticos, técnicos e procedimentais que orientam a gestão responsável das revistas científicas, assegurando padrões de qualidade, integridade e transparência. Embora distintos, esses três eixos convergem na proposta deste estudo, ao oferecerem fundamentos teóricos e metodológicos para a construção de indicadores voltados à avaliação e à autoavaliação de periódicos científicos.

2.1 Bases teórico-metodológicas da Análise de Domínio como subsídios à avaliação de periódicos

A AD vem sendo tradicionalmente abordada na Ciência da Informação, mais especificamente no âmbito da Organização do Conhecimento, como se pode verificar pela ênfase que a ela vem sendo dada pela *International Society for Knowledge Organization*, que dedicou dois números especiais da revista *Knowledge Organization – ISKO*, em 2003 e em 2015, e por constituir um verbete específico da *Encyclopedia of Knowledge Organization* (Guimarães & Tognoli, 2024).

Pode-se dizer que a AD constitui um dos temas capitais no âmbito da denominada perspectiva sociocultural da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação, perspectiva essa que

se construiu e fortaleceu, notadamente a partir dos anos 90 do século XX, com a inclusão de um novo olhar, que passa a considerar o contexto como elemento que fortemente influencia a configuração e a organização dos conceitos. Desse modo, e indo além das concepções de natureza ontológica que permearam a área até o final dos anos 80, esse olhar epistemológico passa a considerar, também, a natureza e os limites do conhecimento e, principalmente, as relações que se estabelecem entre o sujeito cognoscente e o contexto do conhecimento que se organiza. Fortemente liderada por Birger Hjørland, essa perspectiva pauta-se no conceito de domínio – e de sua análise – enquanto um constructo socialmente situado (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Hjørland, 2002; Smiraglia, 2012). Desse modo, aspectos de natureza sociocultural passam a ser considerados no desenvolvimento dos processos, produtos e instrumentos de organização do conhecimento, tais como os sujeitos, as culturas, os valores, as teorias, bem como as delimitações espaço-temporais envolvidas (Guimarães, 2017, 2024). Tais aspectos, por sua vez, podem ser sintetizados na noção de contexto.

O contexto, como destacam Mota e Kobashi (2019) situa-se no cerne da Pragmática, que aborda as expressões linguísticas no contexto de uso em que se inserem, e, dependendo das diferentes situações, pode alterar seu significado. Abrangendo tanto uma dimensão física (de natureza espaço-temporal), quanto social (de natureza cultural e linguística), o contexto contempla elementos inerentes aos atores de um processo comunicativo, tais como crenças, expectativas e valores (Van Dijk, 1977).

Incorporando elementos da sociologia da ciência, em particular no que diz respeito à constituição e à dinâmica de um determinado entorno científico, a AD busca estudar os contextos em que se efetiva a produção do conhecimento, mais especialmente o conhecimento científico, de modo a melhor compreender os conceitos, atores, processos, instrumentos e produtos envolvidos. Nesse âmbito, aspectos atinentes à terminologia, aos

rerefentes teóricos às escolas de pensamento, e à produção e comunicação científica são especialmente importantes, para o que a AD estabelece especial diálogo com as concepções de colégios invisíveis (Paisley, 1972), comunidades epistêmicas (Haas, 1992; Meyer & Molyneux-Hodgson, 2010), comunidades discursivas (Swales, 1990) e dialoga metodologicamente com a metateoria (Ritzer, 1991).

Historicamente, a AD remonta à década de 1980, na área de engenharia de softwares, com os estudos de Neighbors (1981), tendo se aproximado mais especificamente da Ciência da Informação quando Prieto-Díaz (1987) propôs um modelo processual baseado em esquemas de classificação facetados especializados visando à estruturação de um vocabulário controlado que pudesse ser usado para classificar e descrever títulos em uma coleção específica de domínio. Mas foi notadamente com Hjørland e Albrechtsen (1995) que a AD foi delimitada e caracterizada especificamente para fins da Ciência da Informação, e principalmente como suporte teórico-metodológico à Organização do Conhecimento.

Vale destacar que o domínio, enquanto objeto da AD, insere-se na divisão social do trabalho como evenciador de uma comunidade de pensamento que representa uma dada especialização de conhecimento, apresentando limites definidos bem como uma sistemática própria para a criação e estruturação de novos conhecimentos, e formas próprias de construir e estruturar teorias e metodologias. Pode compreender, também, um conjunto de conhecimentos, uma disciplina ou mesmo um ambiente, constituindo um espaço dinâmico socialmente localizado que precisa ser criado e construído e revelando um certo nível de estabilidade e infraestrutura (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Llorens, 2004; Thellefsen & Thellefsen, 2004; Mai, 2005; Smiraglia, 2012; Hjørland, 2017; Guimarães, 2024).

A AD insere-se mais especificamente na perspectiva sociocultural da Organização do Conhecimento, contribuindo para

compreender os processos de estruturação de campos científicos, os sistemas de mediação do conhecimento e os valores que orientam as formas de organização, representação e comunicação do saber científico.

De natureza multifacetada, a AD é compreendida de distintas formas: como um paradigma social situado entre o desenvolvimento; uma abordagem ontológica, epistemológica e sociológica; como um espaço interdisciplinar; uma perspectiva empírica com implicações espaciais; ou ainda uma metateoria para a própria Ciência da Informação. Essa multiplicidade de enfoques evidencia o caráter abrangente e dinâmico da AD enquanto perspectiva teórico-metodológica que pode desenvolver-se a partir de distintos paradigmas, sejam eles centrados no objeto, na comunicação, no comportamento e na cognição (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Hjørland & Hartel, 2003; Smiraglia, 2012; Smiraglia & López-Huertas, 2015; Hjørland, 2017).

Em termos da operacionalização da AD, destaca-se a proposta de Tennis (2003) acerca dos parâmetros de área de modulação e de grau de especialização, voltados à delimitação temática e conceitual dos domínios, que veio a se somar à proposta anterior de Beghtol (1995) de duas etapas analíticas: identificação de categorias fundamentais e identificação de tópicos específicos de cada campo.

Hjørland (2002) propôs onze abordagens para a AD, nomeadamente: Produção e avaliação de guias de literatura e portais de assuntos; Produção e avaliação de classificações especiais e tesouros; Pesquisa sobre competências em indexação e recuperação de informação em especialidades; Conhecimento de estudos empíricos de usuários em áreas temáticas; Produção e interpretação de estudos bibliométricos; Estudos históricos de estruturas e serviços de informação em domínios; Estudos de documentos e gêneros em domínios de conhecimento; Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios; Conhecimento de estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins

especiais) e análise de discurso em áreas do conhecimento; Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica e profissional num domínio; Conhecimento de métodos e resultados de estudos analíticos de domínio sobre cognição profissional, representação de conhecimento em ciência da computação e inteligência artificial. Posteriormente, Guimarães e Tognoli (2015) acrescentaram a proveniência arquivística, e Smiraglia (2015) propôs a semântica de bancos de dados e a análise do discurso também como abordagens de AD.

Dentre essas abordagens, destacam-se duas que guardam relação direta com o objeto deste trabalho: os estudos bibliométricos e os estudos das estruturas e instituições de comunicação científica, ambos relevantes para a análise das revistas científicas enquanto espaços de mediação e divulgação do conhecimento.

No que se refere a esta última, Hjørland (2002, p. 448) destaca que tais estudos fornecem “informações importantes para a compreensão das funções dos distintos tipos de documentos e serviços de informação.” Trata-se de uma vertente que se dedica a investigar questões como: quem são os produtores de conhecimento, onde e quanto produzem, como comunicam essa produção, quais filtros são empregados nos processos de comunicação científica, e como isso se reflete na cobertura das bases de dados, bem como as normas epistêmicas e tradições comunicacionais presentes em diferentes áreas do conhecimento e regiões geográficas. Essa abordagem reforça o papel central da comunicação científica na análise das revistas enquanto dispositivos que articulam critérios de avaliação, práticas editoriais e dinâmicas de disseminação do conhecimento.

Nesse contexto, a AD oferece um referencial teórico-metodológico sólido para compreender os processos de organização, mediação e divulgação do conhecimento em diferentes campos científicos. Ao integrar dimensões epistemológicas, institucionais e discursivas, permite analisar criticamente o funcionamento das revistas científicas como

instâncias estruturantes da comunicação científica, contemplando elementos como escopo temático, políticas editoriais, composição dos conselhos, critérios de avaliação e normas epistêmicas. Quando articulada à bibliometria qualitativa e às boas práticas editoriais, a AD fornece subsídios para a construção de indicadores sensíveis às especificidades disciplinares e contextuais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de autoavaliação que dialoguem com a complexidade do campo editorial e com os valores das comunidades científicas. Essa articulação se revela particularmente promissora na formulação de políticas editoriais mais transparentes, reflexivas e sustentáveis.

Estudos como o de Rego-Piva (2020) evidenciam o potencial da AD para mapear criticamente os elementos que compõem as revistas enquanto espaços de produção, organização e divulgação do conhecimento. Dentre suas diversas abordagens, os estudos bibliométricos serão explorados a seguir, com ênfase em sua vertente qualitativa e nas contribuições que oferecem à avaliação e à governança editorial.

2.2 Bibliometria qualitativa como dimensão analítica na avaliação editorial

Dentre as abordagens de AD propostas por Hjørland (2002), os estudos bibliométricos ocupam um lugar de destaque, pois “constituem uma abordagem importante por conta de sua base empírica e por basearem-se em uma análise detalhada das conexões entre documentos considerados individualmente” (Hjørland, 2002, p. 436). O autor destaca, ainda, a relevância de integrar tais estudos a perspectivas históricas, epistemológicas e críticas, para subsidiar a análise dos aspectos qualitativos envolvidos. Essa concepção destaca o potencial da bibliometria para evidenciar padrões discursivos e dinâmicas cognitivas em um domínio específico do conhecimento, especialmente quando associada a uma perspectiva crítica que considere aspectos sociais e epistemológicos.

A bibliometria, tradicionalmente associada à mensuração quantitativa de publicações, autores e citações (De Bellis, 2009), consolidou-se historicamente como uma ferramenta central na avaliação da produção científica. Contudo, seu desenvolvimento nunca esteve dissociado do campo mais amplo da Sociologia da Ciência, que, desde Merton (1973), analisa as dinâmicas sociais, institucionais e culturais que moldam a comunicação científica e os mecanismos de reconhecimento acadêmico.

Estudos como os de Martin, Nightingale e Yegros-Yegros (2012) demonstram que, embora tenha existido um histórico distanciamento entre abordagens quantitativas e qualitativas nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), há um movimento crescente de diálogo e aproximação entre esses campos cuja interação busca superar a percepção da bibliometria como mero “retrato congelado” da ciência, enfatizando seu potencial como instrumento para captar também dimensões qualitativas, como redes colaborativas, práticas editoriais, padrões de endogenia e dinâmicas de prestígio disciplinar.

Reflexões recentes da Society for Social Studies of Science (4S, 2023) reforçam essa visão crítica, ao problematizar o uso excessivo de métricas puramente quantitativas nos processos de avaliação acadêmica. Debates sobre reconhecimento, recompensa e avaliação — muitas vezes ancorados em indicadores bibliométricos ou na captação de financiamentos — evidenciam as limitações dessas métricas para abarcar a complexidade das práticas científicas, os valores socioculturais envolvidos e o impacto social do conhecimento. Amplia-se, assim, a necessidade de uma abordagem híbrida, em que a bibliometria funcione tanto como ferramenta técnica como um recurso sociológico para revelar aspectos simbólicos, institucionais e éticos da comunicação científica.

Essa ausência histórica de métodos quantitativos, como a bibliometria e a análise de redes, em importantes compilações teóricas

como os handbooks de ESCT foi destacada por Hayashi (2014), que identifica, entretanto, movimentos recentes de convergência entre esses campos. Apesar do antigo cisma, há um esforço crescente em integrar análises quantitativas e qualitativas para melhor compreender os produtos, fluxos e atores da comunicação científica, aproximando estudos bibliométricos das preocupações epistemológicas, éticas e sociais que caracterizam a Sociologia da Ciência.

No contexto da avaliação de periódicos, essa perspectiva quali-quantitativa da bibliometria amplia as possibilidades analíticas, permitindo investigar, por exemplo, a coerência temática de uma revista, o grau de interdisciplinaridade de seus conteúdos, as redes de colaboração entre autores e instituições, e as tendências emergentes que configuram áreas do conhecimento. Possibilita, ainda, identificar padrões de endogenia ou abertura editorial, bem como analisar o equilíbrio entre produções locais e a inserção internacional, aspectos diretamente relacionados às dimensões de governança, visibilidade e integridade científica discutidas neste estudo.

Sob essa ótica, a bibliometria se revela particularmente importante para captar dimensões menos visíveis do processo editorial, como vieses disciplinares, redes institucionais e dinâmicas de organização do conhecimento. Hjørland & Albrechtsen (1995) já reconheciam a bibliometria como um dos campos precursores da AD, destacando tanto seu potencial descritivo quanto suas limitações interpretativas, e defendendo sua articulação a referenciais epistemológicos, históricos e sociológicos mais amplos. Posteriormente, Hjørland (2002) incluiria a bibliometria entre as abordagens da AD, ao lado de outras como o estudo das instituições e estruturas de comunicação científica. Com base nesses aportes, o presente estudo considera bibliometria qualitativa aquela que incorpora os fundamentos críticos da AD para reposicionar a bibliometria tradicional além da contagem de indicadores, privilegiando análises sensíveis às dinâmicas sociocognitivas e epistemológicas da comunicação científica.

Nesse contexto, métodos e técnicas bibliométricas, como mapas conceituais, análises de co-ocorrência e redes de citação, tornam-se ferramentas interpretativas para identificar, por exemplo, padrões de endogenia, afinidades temáticas e lacunas de cobertura em periódicos científicos.

Assim, ao conjugar técnicas quantitativas com fundamentos epistemológicos e sociais, a bibliometria qualitativa oferece um horizonte teórico-metodológico promissor para a análise crítica da avaliação e autoavaliação da governança editorial.

2.3 Boas práticas editoriais na governança e avaliação de periódicos científicos

O debate sobre boas práticas editoriais ocupa um espaço central na comunicação científica contemporânea, especialmente diante das pressões por produtividade, visibilidade e integridade que marcam o ambiente acadêmico atual. Essas práticas englobam princípios éticos, procedimentos técnicos e padrões de qualidade que orientam a gestão, a avaliação e a disseminação dos periódicos científicos, com o objetivo de assegurar credibilidade, transparência e sustentabilidade ao processo editorial.

No cenário internacional, organizações como o *Committee on Publication Ethics* (COPE) e o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE) estabelecem diretrizes amplamente reconhecidas que orientam desde aspectos éticos da autoria e da revisão por pares até práticas destinadas a prevenir a má conduta científica e a promover a transparência na publicação. Tais normas têm servido como referência para a consolidação de práticas editoriais responsáveis e para o estabelecimento de critérios de avaliação e autoavaliação de periódicos em diferentes contextos disciplinares e geográficos, conferindo maior confiabilidade ao ecossistema da comunicação científica.

Além dessas diretrizes internacionais, editoras acadêmicas de grande porte — como Sage, Taylor & Francis, Elsevier, Springer Nature e Wiley — também mantêm políticas próprias de

boas práticas editoriais e de publicação científica, que abrangem desde a gestão ética do processo de submissão até mecanismos voltados à integridade na revisão por pares e à disseminação responsável do conhecimento. A própria Wiley, por exemplo, consolidou tais princípios em sua segunda edição do *Best Practice Guidelines on Publishing Ethics*, comentada por Graf et al. (2014), que reforçam o caráter dinâmico e institucionalmente orientado dessas diretrizes, contribuindo para a consolidação de padrões internacionais no campo da ética editorial.

No Brasil, iniciativas como as diretrizes editoriais da SciELO desempenham papel central não apenas como referência normativa, mas também por meio de ações concretas. Entre elas, destacam-se a criação de um Escritório de Ética e Boas Práticas na Comunicação de Pesquisas e a produção contínua de conteúdos técnicos e reflexivos no blog SciELO em Perspectiva, que aborda múltiplos temas relacionados à integridade, qualidade e inovação na comunicação científica. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2024), por meio do portal Manuelzão, também oferece suporte técnico e reflexivo, com conteúdos e guias introdutórios voltados ao fortalecimento da compreensão e da adoção de boas práticas editoriais nas revistas científicas brasileiras. A Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), embora não possua manuais formais ou códigos próprios de ética editorial, exerce papel relevante na capacitação da comunidade editorial por meio de cursos, workshops, treinamentos e eventos voltados à ética e à gestão responsável de periódicos científicos. A isso se soma a contribuição da Revista Pesquisa FAPESP, por meio da seção “Boas Práticas”, dedicada à discussão de temas atuais sobre integridade e qualidade na comunicação científica. Tais esforços evidenciam que o campo das boas práticas editoriais encontra-se em constante movimento, exigindo atualização permanente por parte de editores, avaliadores, pesquisadores e instituições acadêmicas.

Uma dimensão emergente nas discussões sobre boas práticas editoriais diz respeito à

incorporação ética da inteligência artificial (IA) nos processos de produção, avaliação e disseminação do conhecimento científico. Organizações internacionais como o *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2024), o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE, 2024) e a *World Association of Medical Editors* (WAME, 2024) têm publicado diretrizes específicas para o uso responsável da IA em publicações científicas. Grandes editoras acadêmicas — entre elas Springer, Taylor & Francis, Elsevier, Wiley e Sage — também estabeleceram políticas sobre o uso de IA na redação e no processamento editorial de artigos científicos. No contexto nacional, orientações normativas sobre o uso ético da IA vêm sendo divulgadas por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2023; 2024), a Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2023), o *Council of Science Editors* (CSE, 2023), a *European Association of Science Editors* (EASE, 2024), a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC, 2024) e a Rede SciELO (2023). Ainda que algumas diretrizes internacionais autorizem o uso de IA para tarefas específicas — como revisão gramatical —, persistem lacunas importantes, especialmente acerca da definição clara das responsabilidades éticas de autores, editores e pareceristas. Torna-se, assim, cada vez mais urgente que os periódicos desenvolvam políticas abrangentes e detalhadas, capazes de assegurar que a adoção de tecnologias emergentes seja acompanhada por responsabilidade ética e integridade científica em todas as etapas do processo editorial. Essa discussão evidencia o caráter dinâmico das boas práticas editoriais e aponta novos desafios à governança da comunicação científica.

No cenário da produção científica dedicada a investigar as boas práticas de publicações científicas, Guimarães e colaboradores (2023, 2024a, 2024b, 2024c, 2025), têm se dedicado a aprofundar as discussões sobre as boas práticas editoriais, enfatizando sua importância não apenas para a qualidade intrínseca das publicações, mas também para o

fortalecimento institucional das revistas científicas.

Um aspecto particularmente crítico abordado por esse grupo de autores refere-se à proliferação de revistas predatórias, que identificam esse fenômeno como uma ameaça significativa à integridade da comunicação científica. Para os autores, combater tais práticas exige não apenas o estabelecimento de critérios rigorosos por parte dos editores, mas também o desenvolvimento, por parte dos pesquisadores, de competências específicas para distinguir periódicos legítimos de iniciativas fraudulentas, preservando assim a credibilidade do sistema científico (Guimarães & Hayashi, 2023).

Outro tema fundamental está ligado à prática de retratação científica, enfatizando a necessidade de fundamentar tais processos em princípios éticos sólidos e análises sociológicas críticas. Os autores argumentam que a retratação, quando bem conduzida, não apenas corrige o registro científico, mas também fortalece a confiança na ciência e sublinha a importância da transparência e da responsabilidade editorial, sobretudo em um contexto marcado por pressões institucionais e pelo produtivismo acadêmico (Hayashi & Guimarães, 2024).

A formação dos atores envolvidos na comunicação científica também emerge como pilar essencial das boas práticas editoriais. Nesse campo, destacam-se iniciativas como a série *Propetips*, que visa a capacitar pesquisadores — docentes e discentes — em temas relacionados à produção e disseminação científica. Essas ações abordam desde estratégias de publicação, ética e integridade, até aspectos de visibilidade científica e métricas, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional que valoriza não apenas a qualidade editorial, mas também a formação contínua da comunidade acadêmica (Hayashi & Guimarães, 2024; Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024b).

O fenômeno do produtivismo acadêmico, representa outro desafio significativo às boas práticas, ao estimular comportamentos

antiéticos, tais como a multiplicação artificial de publicações, o uso estratégico de citações e a busca por periódicos predatórios. Para esses autores, o produtivismo tende a reduzir a prática científica a uma contagem numérica de resultados, em detrimento do compromisso ético e intelectual, tornando urgente a incorporação de critérios qualitativos nos processos de avaliação acadêmica (Guimarães, Hilário & Grácio, 2024).

No âmbito institucional, destaca-se a experiência da Unesp no apoio e na qualificação de suas revistas científicas, evidenciando que políticas institucionais eficazes não se limitam à adoção de critérios internacionais, mas incorporam dimensões qualitativas e éticas. Nesse âmbito, o investimento institucional em governança editorial fortalece o prestígio científico das publicações, servindo de modelo para outras universidades que buscam aprimorar suas políticas de apoio à comunicação científica (Guimarães, Hayashi, Rego-Piva et al., 2025).

As contribuições desses estudos mostram que os desafios enfrentados pelas revistas científicas, especialmente no Brasil, se entrelaçam com questões estruturais, éticas e estratégicas, impactando diretamente a qualidade editorial e a integridade da comunicação científica. Nesse contexto, as boas práticas editoriais compõem um conjunto dinâmico e em constante evolução, essencial à credibilidade e à sustentabilidade do processo editorial. Essa compreensão servirá de base para o delineamento dos procedimentos metodológicos apresentados na próxima seção.

3 Procedimentos metodológicos

A presente investigação, enquanto um estudo teórico-metodológico de natureza qualitativa e exploratória (Creswell & Creswell, 2018), objetiva propor um conjunto de indicadores para avaliação e governança de periódicos científicos, elaborados pela articulação de três eixos. Tais indicadores foram elaborados com base em três eixos – AD, BQ e BP - que, em conjunto, oferecem sustentação conceitual e

metodológica para a construção da proposta. Desse modo, o percurso metodológico foi estruturado em três fases inter-relacionadas:

Fase 1 – Constituição do referencial teórico-metodológico: Compreendeu três eixos fundamentais: a) Análise de Domínio na avaliação de periódicos científicos (contemplando suas perspectivas teóricas, metodológicas e instrumentais, conforme delineadas por estudos clássicos e contemporâneos da área); b) Boas práticas editoriais na governança de periódicos científicos (com ênfase nos aspectos éticos, técnicos e estratégicos que sustentam a gestão editorial responsável, incluindo estudos que abordam os desafios atuais como periódicos predatórios, retratações científicas, produtivismo acadêmico e uso ético da inteligência artificial, etc) Bibliometria Qualitativa (como abordagem analítica contextual ancorada na Análise de Domínio para elaborar indicadores qualitativos para avaliação e autoavaliação de periódicos).

Fase 2 – Elaboração dos indicadores: Consistiu na sistematização de um conjunto de indicadores concebidos a partir do referencial teórico-metodológico delineado na fase anterior, em articulação com diretrizes éticas, normas institucionais e orientações nacionais e internacionais sobre boas práticas editoriais. O processo de elaboração buscou contemplar a complexidade do ecossistema editorial, considerando a diversidade de áreas do conhecimento, formatos de publicação e arranjos institucionais. Os indicadores foram estruturados de modo a preservar flexibilidade e adaptabilidade, de forma que possam ser aplicados a diferentes contextos editoriais, sem restringir-se a classificações rígidas ou categorias excludentes

Para orientar a construção dos indicadores, foram definidas cinco dimensões analíticas interdependentes, derivadas da literatura especializada sobre governança editorial e dos fundamentos teóricos previamente discutidos. São elas: a) Dimensão Estrutural (contempla aspectos organizacionais e formais da publicação, como regularidade, normalização e padronização dos artigos); b) Dimensão

Reputacional (abrange os mecanismos de avaliação por pares, controle de endogenia e critérios de qualidade científica); c) Dimensão de Integridade Científica (refere-se à adesão a princípios éticos e à promoção de boas práticas editoriais e científicas); d) Dimensão de Visibilidade Científica: trata da inserção nacional e internacional das revistas, sua indexação e estratégias de disseminação do conhecimento; e e) Dimensão de Governança e Sustentabilidade Editorial: analisa os vínculos institucionais, os modelos de financiamento, a capacitação dos editores e a longevidade da publicação.

Essas dimensões não constituem, por si sós, indicadores, mas compõem a estrutura conceitual sobre a qual se organiza o conjunto de indicadores apresentados a seguir. Estes buscam subsidiar processos de avaliação e autoavaliação editorial sensíveis aos fundamentos epistemológicos, sociológicos e éticos desenvolvidos neste estudo.

Fase 3 – Análise e discussão dos resultados: esta fase concentrou-se na interpretação crítica dos indicadores elaborados, com o objetivo de demonstrar seu potencial para qualificar os processos de avaliação e autoavaliação de revistas científicas. A análise buscou articular os indicadores propostos aos desafios práticos enfrentados pelas publicações, evidenciando sua relevância para a compreensão da governança editorial no contexto contemporâneo.

4 Resultados e discussão

Esta seção está organizada em quatro partes. Na primeira, são apresentados os indicadores de avaliação e autoavaliação de periódicos, elaborados com base nos fundamentos teórico-metodológicos da Análise de Domínio, das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa. A segunda parte oferece uma análise global do conjunto de indicadores propostos, destacando suas articulações e complementaridades. Na terceira, discutem-se as contribuições específicas da Análise de Domínio para a avaliação editorial, à luz dos indicadores elaborados. Por fim, são discutidas

as potencialidades e limitações dos indicadores.

4.1 Indicadores de avaliação e autoavaliação de periódicos

Os indicadores apresentados neste estudo configuram instrumentos bibliométricos de natureza qualitativa, concebidos para evidenciar as dinâmicas sociais, reputacionais e institucionais que permeiam a governança editorial dos periódicos científicos. Embora qualitativos em sua essência, podem ser futuramente quantificados em estudos aplicados, contribuindo para avaliações mais sensíveis às especificidades disciplinares, contextuais e éticas do ecossistema editorial contemporâneo. Organizados em cinco dimensões analíticas interdependentes, esses indicadores refletem a complexidade da avaliação e da governança editorial e estão ancorados nos referenciais da AD e das BP, sendo classificados em cinco dimensões analíticas: Estrutural, Reputacional, de Integridade Científica, de Visibilidade Científica e de Governança e Sustentabilidade Editorial.

4.1.1 Indicadores Estruturais (Gestão Editorial)

Correspondem aos aspectos organizacionais e formais do periódico, assegurando a regularidade dos processos editoriais, a clareza das normas e a padronização dos conteúdos. São fundamentais para conferir previsibilidade, consistência e profissionalismo às práticas editoriais, além de fortalecer a credibilidade da publicação perante autores, leitores e indexadores. Também viabilizam análises comparativas entre periódicos e campos disciplinares distintos, funcionando como critérios relevantes em processos de avaliação institucional. Os indicadores estruturais contemplam:

- Regularidade na publicação e fluxo editorial;
- Número de artigos publicados por volume;

- Existência de diretrizes claras para normalização e citação bibliográfica, incluindo o foco temático dos artigos em consonância com o escopo da revista;
- Uso de ORCID, como identificador digital inequívoco dos autores, e DOI, para identificação única dos artigos, garantindo rastreabilidade, atribuição precisa de autoria, integração em sistemas de indexação e fortalecimento da credibilidade editorial.
- Monitoramento da média de autores por artigo, utilizado como indicador para detectar padrões anômalos (ex.: hiperautoria sem justificativa), analisar especificidades disciplinares ou institucionais e subsidiar a avaliação de endogenia.
- Critérios definidos para inclusão de agradecimentos em artigos, estabelecendo limites éticos e transparência sobre contribuições não autorais.
- Utilização de sistemas de gerenciamento de manuscritos (ex.: OJS, ScholarOne).
- Existência de template para submissão de artigos.
- Vocabulário controlado para indexação do conteúdo.
- Formulário de contribuição dos autores, como, por exemplo, a taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy).
- Transparência nas datas do processo editorial (submissão, avaliação, publicação), assegurando tanto a rastreabilidade do fluxo editorial quanto a comprovação da precedência e prioridade da autoria.
- Registro de interações entre autores, editores e revisores, para fins de controle interno do processo editorial e auditorias futuras.
- Descrição detalhada dos tipos de contribuições aceitas pela revista (artigos originais, revisões, resenhas, entrevistas, relatos de caso, comentários, entre outros), garantindo clareza para autores quanto ao escopo editorial.

4.1.2 Indicadores Reputacionais (Controle de Qualidade)

Referem-se à credibilidade acadêmica e ao prestígio científico do periódico, diretamente associados à qualidade dos conteúdos publicados e à solidez dos processos de avaliação por pares. Esses indicadores visam assegurar a imparcialidade, eliminar conflitos de interesse e manter a confiança dos leitores e da comunidade científica. Também permitem identificar práticas questionáveis que possam comprometer a integridade editorial da revista e, por consequência, afetar a credibilidade do sistema de comunicação científica como um todo. Os indicadores reputacionais contemplam:

- Taxa de rejeição de artigos submetidos como indicador da seletividade editorial, contextualizada pelos critérios de avaliação, qualificação dos pareceres e da coerência com o escopo da revista.
- Grau de endogenia dos autores e do corpo editorial a partir da análise da rotatividade, da origem dos vínculos institucionais e da participação de autores externos à comunidade editorial, com foco na diversidade institucional e na abertura da revista
- Divulgação das práticas de controle de originalidade (ex.: uso de softwares como iThenticate, Turnitin), como fator de credibilidade perante autores, avaliadores e leitores.).
- Definição de limites aceitáveis para autocitações nos artigos ou políticas editoriais que tratem do tema.
- Definição de regras claras para coautorias entre orientadores e orientandos.
- Monitoramento de práticas questionáveis, como hiperautoria, manipulação de citações e fatiamento de artigos.
- Promoção da imparcialidade editorial no processo de avaliação.
- Compromisso com avaliações construtivas, objetivas e respeitosas,

assegurando qualidade e ética no processo de avaliação por pares.

- Políticas claras e transparentes sobre o processo de revisão por pares, incluindo tipos de revisão (cega simples, cega dupla, aberta) e critérios utilizados para avaliação dos manuscritos.
- Formação e qualificação de pareceristas, incluindo estímulo à participação em cursos, workshops ou certificações sobre ética editorial, boas práticas na avaliação de manuscritos e uso responsável de tecnologias, visando garantir competência técnica e ética nos pareceres.
- Política de reconhecimento ou agradecimento público aos revisores, seja por meio da publicação de listas anuais de revisores, emissão de certificados ou inserção do nome do revisor no artigo (quando permitido pelo modelo de revisão), como forma de valorizar o trabalho voluntário e estimular práticas colaborativas.
- Monitoramento do tempo médio de avaliação dos manuscritos, estabelecendo metas e prazos razoáveis para cada etapa do fluxo editorial, assegurando transparência, previsibilidade para os autores e eficiência na gestão editorial.
- Critérios definidos para atualização periódica do corpo editorial, garantindo renovação de membros, equilíbrio entre continuidade institucional e renovação de perspectivas, bem como diversificação geográfica, institucional e temática entre os editores.

4.1.3 Indicadores de Integridade Científica (Ética Editorial)

A confiabilidade, a originalidade e a honestidade na produção e disseminação do conhecimento científico. Seu objetivo é coibir práticas indevidas, proteger os direitos dos envolvidos no processo editorial e preservar a integridade das publicações. A relevância desses indicadores se intensifica diante de desafios contemporâneos, como a proliferação de periódicos predatórios, as pressões por

produtividade e o uso crescente de tecnologias emergentes. Os indicadores de integridade científica contemplam

- Políticas explícitas de integridade científica e ética editorial, incluindo diretrizes sobre más práticas científicas (plágio, manipulação de dados, hiperautoria, fatiamento de artigos etc.).
- Procedimentos para declaração de conflitos de interesse.
- Protocolos para correções, erratas e retratações de artigos.
- Exigências de conformidade ética em pesquisas (aprovação por comitês de ética, consentimento de participantes etc.).
- Monitoramento de práticas editoriais predatórias, considerando a transparência das políticas editoriais, com base em diretrizes internacionais de ética na publicação científica.
- Políticas para combater o produtivismo acadêmico, considerando o impacto do Publish or Perish (PoP) e a necessidade de valorizar métricas qualitativas na avaliação da produção científica.
- Adoção de práticas alinhadas à Ciência Aberta, tais como: Publicação de artigos sob licenças Creative Commons (preferencialmente CC-BY); Aceite de *preprints*, ou exigência de declaração explícita sobre a existência prévia de *preprints* pelos autores no momento da submissão; Incentivo ao compartilhamento de dados abertos, promovendo a transparência, a reprodutibilidade e o reuso dos dados de pesquisa; Menção do editor responsável por cada artigo, assegurando maior transparência e distribuição de responsabilidades no processo editorial;
- Adoção de softwares e mecanismos de detecção de plágio e similaridade (ex.: iThenticate, Turnitin), como parte das práticas de integridade editorial.
- Políticas claras sobre o uso ético e transparente de ferramentas de inteligência artificial em todas as fases do processo editorial (redação, revisão, avaliação,

editoração), incluindo orientações específicas sobre sua utilização por autores, editores e revisores.

- Adoção de linguagem inclusiva e respeito à diversidade nos textos e processos editoriais.
- Orientações claras sobre a definição da ordem de autoria, visando prevenir disputas pós-publicação e assegurar justiça na atribuição de créditos.
- Compromisso com políticas editoriais que assegurem diversidade, equidade e inclusão, contemplando aspectos como gênero, raça, etnia e representatividade geográfica no corpo editorial, entre autores e revisores.
- Políticas editoriais para identificação e prevenção de práticas associadas a periódicos predatórios, orientando autores e editores sobre sinais de alerta e recomendando cautela quanto à inclusão de referências oriundas desses periódicos, preservando a credibilidade e a integridade da publicação.
- Definição clara de políticas de direitos autorais, especificando licenças de publicação, cessão ou retenção de direitos pelos autores.
- Políticas de privacidade e proteção de dados pessoais de autores, revisores e leitores, em conformidade com legislações vigentes (ex.: LGPD, GDPR).
- Transparência nas informações sobre a indicação ou rejeição de pareceristas pelos autores, com mecanismos de controle que resguardem a imparcialidade e a ética na seleção dos avaliadores.

4.1.4 Indicadores de Visibilidade Científica (Impacto e Difusão)

Abrangem critérios que avaliam o alcance e a difusão do periódico, tanto em nível nacional quanto internacional. Seu propósito é examinar estratégias que ampliem a presença da revista em bases indexadoras, promovam a diversidade de autoria e favoreçam o diálogo do conhecimento produzido com diferentes públicos, inclusive não especializados. Tais indicadores contribuem para ampliar a projeção científica e institucional da publicação reforçando seu papel na democratização da

informação e no acesso aberto ao conhecimento. Os indicadores de visibilidade científica contemplam:

- Políticas multilíngues claras, definindo os idiomas aceitos para publicação de textos ou resumos, especificando se há exigência de manuscritos em mais de uma língua e se a revista oferece serviços de tradução sem custos ao autor, visando ampliar a inserção internacional do periódico.
- Monitoramento de publicações em língua estrangeira, com análise interna da proporção de artigos publicados em inglês (ou outros idiomas), visando ampliar a inserção e a visibilidade internacional do periódico.
- Diversidade geográfica e institucional entre autores e corpo editorial, adotada como estratégia para evitar concentração local ou institucional excessiva, ampliar o alcance internacional da revista e fortalecer seu posicionamento no cenário científico global.
- Bases de dados, indexadores e diretórios de acesso aberto em que a revista está presente (ex.: SciELO, PKP Index, DOAJ, Scopus, Web of Science, Google Scholar, entre outros), como estratégia de ampliação do alcance, visibilidade e reconhecimento do periódico.
- Promoção de estratégias de internacionalização, como a organização de dossiês temáticos com participação de pesquisadores estrangeiros, coedição de números especiais em colaboração com revistas ou sociedades acadêmicas internacionais, ou acordos para intercâmbio de revisores entre periódicos, visando ampliar a inserção global do periódico e a divulgação internacional do conhecimento publicado.
- Políticas de preservação digital e compartilhamento de dados científicos, contemplando estratégias para garantir a integridade e a longevidade dos conteúdos publicados, bem como orientações sobre depósito de dados em repositórios abertos, visando à transparência, reprodutibilidade e reuso dos resultados de pesquisa.
- Existência de canais ativos de divulgação científica voltados ao público não

especializado, tais como blogs, redes sociais, seções de notícias ou outras estratégias de mediação da linguagem científica, com vistas à promoção do acesso democrático à informação e ao fortalecimento da interface ciência-sociedade.

- Disponibilização pública e organizada do arquivo completo das edições publicadas, assegurando acesso contínuo ao histórico editorial da revista, transparência sobre sua evolução e preservação da memória científica.
- Estabelecimento de políticas claras de autoarquivamento, definindo se e como os autores podem depositar versões de seus artigos (preprint, postprint ou versão editorial) em repositórios institucionais, temáticos ou pessoais, incluindo eventuais períodos de embargo, em alinhamento com princípios da Ciência Aberta e estratégias de preservação e disseminação do conhecimento.
- Adoção de métricas alternativas (Altmetrics) para mensuração do impacto social, midiático e digital das publicações, complementando as métricas tradicionais de citação e contribuindo para uma visão mais ampla da relevância da revista.

4.1.5 Indicadores de Governança e Sustentabilidade Editoriais (Gestão Estratégica)

Referem-se às políticas, processos e estruturas institucionais que garantem o funcionamento contínuo, ético e responsável dos periódicos científicos. Envolvem dimensões financeiras, administrativas e estratégicas, sendo fundamentais para a manutenção da qualidade editorial e a longevidade das revistas. Também abrangem o compromisso da gestão editorial com uma comunicação eficiente com autores, pareceristas e leitores, especialmente em contextos de instabilidade institucional ou restrições orçamentárias. Os indicadores de governança e sustentabilidade editoriais contemplam:

- Estrutura de financiamento e sustentabilidade da revista, considerando fontes institucionais, editais e modelos de

financiamento (ex.: APC, financiamento público, apoio institucional).

- Transparência total nas taxas de publicação (APC ou outras), incluindo valores, isenções, políticas de desconto e destinação dos recursos arrecadados.
- Políticas de capacitação contínua para editores e equipe editorial, incluindo treinamentos e atualizações sobre boas práticas científicas.
- Vinculação da revista a associações de editores científicos (ex.: ABEC) e adesão a diretrizes éticas e de governança editorial.
- Implementação de políticas de quarentena editorial, para restringir o envio excessivo de múltiplos artigos pelo mesmo autor ou grupo à mesma revista em períodos curtos, garantindo diversidade de conteúdos, autores e instituições representadas.
- Estabelecimento de políticas claras para coibir submissões simultâneas, exigindo dos autores declaração de originalidade e exclusividade do manuscrito enviado, assegurando integridade e ética no processo editorial.
- Planejamento prévio e divulgação transparente de chamadas para dossiês temáticos, com prazos adequados que assegurem oportunidades equitativas de submissão.
- Estabelecimento de prazos médios para as etapas editoriais e comunicação rápida e transparente com os autores sobre eventuais atrasos.
- Definição de políticas editoriais para gestão de crise, incluindo planos de contingência em situações que comprometam a continuidade da publicação, como problemas financeiros, tecnológicos ou mudanças institucionais, assegurando a preservação do acervo e a manutenção da confiança da comunidade científica.
- Existência de políticas editoriais sobre transparência financeira, detalhando custos operacionais, fontes de financiamento, cobrança de taxas (APCs) ou ausência delas,

além de eventuais apoios institucionais, visando garantir clareza e confiança na sustentabilidade do periódico.

- Adoção de práticas de accountability editorial, com prestação regular de contas à comunidade científica, relatórios de gestão, indicadores de desempenho e publicação de dados sobre processos editoriais, contribuindo para a confiança, a integridade e a boa governança do periódico.
- Profissionalização da gestão editorial, visando reduzir a dependência de trabalho voluntário, garantir continuidade das atividades e alinhar o periódico às exigências de indexadores e publishers internacionais. Inclui a previsão de recursos institucionais ou financeiros para treinamento, apoio técnico especializado, contratação de serviços editoriais (como revisão, editoração ou gestão de sistemas), e definição clara de responsabilidades dentro da equipe editorial, visando maior eficiência, transparência e sustentabilidade na condução das atividades editoriais.
- Planejamento de sucessão editorial, prevendo estratégias para substituição gradual ou rotativa de editores e membros-chave da equipe editorial, a fim de evitar dependência excessiva de indivíduos, garantir continuidade de políticas e preservar o conhecimento institucional acumulado.

4.2 Análise transversal dos indicadores

A análise transversal dos indicadores elaborados neste estudo permite compreender a avaliação de periódicos científicos como um processo multifacetado, que articula exigências formais, princípios éticos, estratégias de visibilidade e condições estruturais. Essa leitura articulada visa destacar inter-relações entre o conjunto de indicadores apresentados, destacando convergências, tensões e lacunas que impactam a governança editorial em diferentes contextos. A seguir, discutem-se os principais achados dessa análise, com exemplos ilustrativos e reflexões sobre a aplicabilidade dos indicadores à luz da literatura que fundamentou a pesquisa.

No âmbito estrutural, destacam-se elementos essenciais como a definição clara do escopo temático, a regularidade de publicação e a normalização técnica de artigos e metadados. Esses aspectos garantem previsibilidade e confiabilidade para autores, leitores e indexadores, além de facilitarem a interoperabilidade entre sistemas de informação. Embora pareçam requisitos consolidados, ainda são frequentemente negligenciados por periódicos emergentes ou de pequeno porte. É o caso de revistas que não oferecem templates de submissão ou mantêm escopos excessivamente amplos, dificultando a consolidação de uma identidade editorial. Em contrapartida, iniciativas institucionais vêm contribuindo para o fortalecimento da gestão editorial, como a criação de portais com normas unificadas e o uso de plataformas como o OJS, acompanhadas de ações de capacitação técnica para editores – práticas que reforçam a importância de políticas públicas e institucionais de apoio à edição científica (Guimarães, Hayashi & Rego-Piva, 2024).

Os indicadores reputacionais abrangem critérios relacionados à qualidade científica e ao prestígio da revista, incluindo o controle do processo de avaliação por pares, a limitação da endogenia e a definição de boas práticas em coautoria. A ausência de diretrizes claras nessas áreas pode favorecer práticas questionáveis, como hiperautoria, citações circulares ou manipulação de revisores. Há casos de revistas que, mesmo indexadas em bases reconhecidas, enfrentam críticas por concentrarem publicações de membros de seus próprios conselhos editoriais ou por não divulgarem suas taxas de rejeição. A adoção de instrumentos como o CRediT (Contributor Roles Taxonomy) tem se mostrado útil para ampliar a transparência na atribuição de responsabilidades entre autores, mitigando disputas de autoria e fortalecendo a confiança na integridade do processo editorial.

Os indicadores de integridade científica ampliam o debate para aspectos éticos fundamentais, incluindo políticas de combate ao plágio, retratação, conflitos de interesse e

práticas editoriais predatórias. Embora muitas revistas já estejam alinhadas a diretrizes internacionais como as do COPE e do ICMJE, persistem lacunas relevantes, especialmente quanto ao uso ético da inteligência artificial. A experiência de universidades públicas brasileiras, que vêm incorporando conteúdos sobre integridade e ética em programas de capacitação de editores, aponta caminhos promissores para o fortalecimento dessa frente da governança editorial (Guimarães et al., 2024b).

O indicador de visibilidade científica transcende as métricas tradicionais ao contemplar estratégias editoriais voltadas à disseminação e ao impacto do conhecimento. Elementos como a publicação em inglês, a diversidade geográfica e institucional do corpo editorial e a presença em bases indexadoras continuam sendo critérios essenciais. No entanto, observa-se uma valorização crescente de estratégias complementares, como blogs científicos, redes sociais acadêmicas e canais de divulgação voltados ao público não especializado. Apesar desses avanços, muitos periódicos ainda enfrentam barreiras estruturais e financeiras que dificultam a ampliação de sua presença internacional.

Por fim, o indicador de governança e sustentabilidade editorial destaca-se como eixo estratégico, ao integrar políticas institucionais, modelos de financiamento, capacitação de equipes editoriais e mecanismos de prestação de contas à comunidade acadêmica. Práticas como a manutenção de registros documentais das interações editoriais, a transparência quanto a prazos e procedimentos, e a vinculação a associações profissionais contribuem para fortalecer a credibilidade das revistas e prevenir crises institucionais. Experiências bem-sucedidas mostram que programas institucionais de apoio aos periódicos podem garantir infraestrutura técnica e fomentar o desenvolvimento de competências éticas e gerenciais entre os editores (Guimarães et al., 2025). No entanto, persistem desafios significativos, como situações em que manuscritos permanecem por longos períodos

sem avaliação ou retorno editorial, comprometendo a credibilidade da publicação e afetando negativamente os pesquisadores envolvidos.

Em síntese, a análise transversal dos indicadores revela que sua adoção oferece não apenas um instrumento de diagnóstico, mas também um caminho para o aprimoramento contínuo da avaliação e autoavaliação editorial. No entanto, sua implementação demanda compromisso institucional, formação permanente dos agentes editoriais e sensibilidade às especificidades dos campos disciplinares e contextos locais.

4.3 Contribuições da AD para avaliação de periódicos científicos

Ao integrar os fundamentos da AD com princípios das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa, consolidou-se neste estudo um conjunto de indicadores multidimensionais que contribuem para qualificar a avaliação e a autoavaliação editorial. Essa articulação teórico-metodológica busca suprir lacunas identificadas tanto na literatura quanto na gestão editorial, fornecendo subsídios para que editores, avaliadores, instituições acadêmicas e demais atores envolvidos possam analisar criticamente os processos editoriais, de forma contextualizada e eticamente orientada.

Entre as principais implicações práticas da consolidação desses indicadores, destaca-se a possibilidade de que sejam utilizados como guia para autoavaliações periódicas por parte das revistas científicas. Essa prática permite diagnosticar pontos fortes e fragilidades em dimensões estruturais, reputacionais, de integridade, visibilidade e governança, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão editorial. Ao promover maior transparência e reflexão crítica, tais autoavaliações podem fortalecer a confiança de leitores, autores e instituições, favorecendo a credibilidade e o prestígio das publicações — especialmente em contextos marcados pela competição por métricas e pela proliferação de

fenômenos como o produtivismo acadêmico e as revistas predatórias.

A integração entre a AD e a bibliometria qualitativa confere à avaliação editorial uma abordagem mais crítica e interpretativa, capaz de revelar dinâmicas sociais, epistemológicas e institucionais que moldam a produção e organização do conhecimento. Essa perspectiva amplia o alcance avaliativo para além das métricas tradicionais, favorecendo leituras mais sensíveis às especificidades dos campos disciplinares e às práticas éticas que sustentam a comunicação científica. Com isso, reforça-se o potencial transformador de uma avaliação editorial ancorada em referenciais teórico-metodológicos consistentes, capaz de promover maior reflexividade, justiça epistêmica e alinhamento com os princípios da ciência aberta.

4.4 Potencialidades, limites e desafios na aplicação dos indicadores

Os indicadores aqui apresentados constituem um desdobramento teórico-metodológico que visa contribuir para o fortalecimento da governança editorial de periódicos científicos. Ao articular fundamentos da AD, das boas práticas editoriais e da bibliometria qualitativa, esses indicadores ampliam a capacidade crítica e analítica dos processos de avaliação e autoavaliação editorial, respeitando as especificidades dos contextos disciplinares e institucionais.

Entre as principais potencialidades, destaca-se o uso dos indicadores como recurso formativo para a qualificação editorial, favorecendo a reflexão sobre os múltiplos aspectos que atravessam a gestão de periódicos científicos. Seu caráter flexível também permite a adaptação a diferentes realidades editoriais, tornando-os aplicáveis tanto a periódicos consolidados quanto a revistas em processo de qualificação. Além disso, sua estrutura multidimensional oferece subsídios para processos de autoavaliação contínua, promovendo maior coerência entre princípios éticos, estratégias editoriais e exigências institucionais.

Por outro lado, algumas limitações devem ser reconhecidas. Trata-se de um conjunto de indicadores ainda não testado em contextos empíricos, o que impõe a necessidade de validação prática quanto à sua viabilidade, aplicabilidade e eficácia. Além disso, a adoção integral dos instrumentos pode enfrentar barreiras estruturais, como escassez de recursos humanos e tecnológicos, sobretudo em revistas vinculadas a instituições com menor infraestrutura editorial.

A implementação dos indicadores também impõe desafios importantes, dada a diversidade de áreas do conhecimento, a assimetria de recursos entre periódicos e as distintas culturas editoriais. A própria complexidade das dimensões analisadas exige interpretações contextuais criteriosas. Há ainda o risco de apropriações burocráticas ou reducionistas dos instrumentos propostos, que podem esvaziar seu potencial reflexivo e normativo se aplicados de forma acrítica.

Apesar desses desafios, os indicadores oferecem uma base relevante para o aprimoramento da comunicação científica, ao reunir critérios éticos, técnicos e estratégicos sob uma abordagem crítica e situada. Sua efetiva contribuição dependerá, contudo, da disposição das comunidades editoriais em refletir sobre suas práticas, adaptar os instrumentos às suas realidades e incorporar processos avaliativos que estejam alinhados com os princípios da integridade e da sustentabilidade editorial.

5 Considerações Finais

O presente estudo buscou trazer uma contribuição teórico-metodológica ao campo da avaliação editorial, por meio da proposição de um conjunto de indicadores fundamentados na AD e nas boas práticas editoriais, concebidos como instrumentos de apoio a processos de autoavaliação, governança e qualificação de periódicos científicos. Assim, e considerando que os periódicos desempenham papel estratégico na comunicação científica e na consolidação de comunidades disciplinares, procurou-se integrar diferentes vertentes teóricas e normativas, aliando as perspectivas

epistemológicas da AD às diretrizes éticas, técnicas e gerenciais que orientam a editoração científica contemporânea.

Os resultados alcançados evidenciam que a avaliação editorial pressupõe considerar múltiplas dimensões dos indicadores—estruturais, reputacionais, de integridade, visibilidade e governança—interligadas e moldadas por contextos disciplinares, institucionais e socioculturais específicos. Nesse sentido, a AD revelou-se uma abordagem fecunda para capturar tais complexidades, oferecendo um marco interpretativo capaz de apreender tanto os elementos tangíveis da gestão editorial quanto os aspectos mais sutis relacionados a tradições disciplinares, valores epistêmicos e dinâmicas institucionais.

Embora represente um avanço, reconhece-se como principal limitação deste estudo seu caráter eminentemente teórico e propositivo a necessidade de estudos para sua validação empírica em contextos editoriais concretos, para identificar eventuais ajustes e garantir sua adequação às realidades específicas das diferentes áreas do conhecimento, portes editoriais ou condições institucionais. Em etapas subsequentes, pretende-se desenvolver estudos dessa ordem, que para aquilatar a viabilidade prática, a clareza operacional e a eficácia dos indicadores como instrumentos de diagnóstico e planejamento editorial. Com isso, e a partir estudos de caso em periódicos científicos de diferentes áreas, será possível testar a aplicação dos indicadores na prática, identificando suas potencialidades e eventuais lacunas, valendo-se de uma combinação da bibliometria qualitativa com métricas quantitativas tradicionais para aprimorar ferramentas de avaliação editorial mais sensíveis às especificidades disciplinares.

Nesse processo de aplicação e refinamento dos indicadores, destaca-se também a oportunidade que sejam explorados à luz dos desafios emergentes relacionados ao uso ético da inteligência artificial na comunicação científica—tema já contemplado nas dimensões de integridade e governança, e que tende a ganhar centralidade nos debates sobre

avaliação editorial e responsabilidade institucional.

Conclui-se, portanto, que a construção de indicadores para a avaliação de periódicos científicos, ancorada na AD e articulada às boas práticas editoriais, configura-se como uma ferramenta estratégica tanto para a autoavaliação quanto para o planejamento, a gestão e o eventual redirecionamento de políticas editoriais. Ressalta-se, por fim, que os processos avaliativos, sejam internos ou externos, devem ocorrer de forma contínua e reflexiva, assegurando que a comunicação científica se realize sob bases cada vez mais éticas, transparentes e confiáveis—contribuindo, em última instância, para a sempre almejada socialização do conhecimento.

6 Referências

- Barité, M. (2001). Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: Carrara, K. Educação, universidade e pesquisa. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, p.35-60.
- Barité, M., & Rauch, M. (2022). Terminological studies as domain analysis: a critical exploration. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, 16, e02140
- Beghtol, C. (1995). Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(1), 30-44.
- COPE - Committee on Publication Ethics. (2025) Getting started, How to get started in publication ethics. <https://publicationethics.org/getting-started>
- Graf, C. et al. (2014). Best practice guidelines on publishing ethics: a publisher's perspective. *Advanced Materials*, [S.l.], 26(27), 4664–4669. <https://doi.org/10.1002/adma.201403933>.
- Guimarães, J. A. C. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 1(1), 77–99. <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.940>

- Guimarães, J. A. C. (2024). A análise de domínio como perspectiva teórico-metodológica uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional na organização do conhecimento. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, 17(3), 644–677. <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53674>
- Guimarães, J. A. C., & Tognoli, N. B. (2024). Diálogos interdisciplinares da análise de domínio com as comunidades discursivas, as comunidades epistêmicas, a metateoria e os colégios invisíveis: perspectivas metodológicas no âmbito da organização do conhecimento. *Transinformação*, 36, e2412229
- Guimarães, J. A. C., et al. (2025) Critérios de qualidade na avaliação e no apoio institucional a revistas científicas: a experiência da Unesp. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v.16, 2025.
- Guimarães, J. A. C., Hayashi, M. C. P. I., & Rego-Piva, L. M. (2024a). Alfabetização informacional em comunicação científica: a experiência das Propetips - Unesp. In: XIII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 2024, Madrid-Espanha. *Anais do XIII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad*, 2024.
- Guimarães, J. A. C., Hayashi, M. C. P. I., & Rego-Piva, L. M. (2024b). Boas práticas éticas em revistas brasileiras de Ciência da Informação. In: XXIV Encontro Nacional de Pesquisa da Ciência da Informação - ENANCIB, 2024, Vitória-ES. *Anais do XXIV ENANCIB*, 2024. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2168>
- Guimarães, J. A. C., Hilário, C. M., & Grácio, M. C. C. (2024). As dimensões do fenômeno produtivismo acadêmico e seu efeito danoso na atividade científica. *Em Questão*, 30, e-138768.
- Guimarães, J. A. C., & Hayashi, M. C. P. I. (2023). Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21, e023003.
- Guimarães, J.A.C. (2017). Slanted knowledge organization as a new ethical perspective.. In: Andersen, J.; Skouvig, L. (ORG.). *The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald, 2017, 87-102
- Guimarães, J.A.C. (2021). As revistas na busca por visibilidade científica: delineando estratégias. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa da Unesp, Propetip 20. <https://www2.unesp.br/portal#!/prope/apoio-ao-pesquisador/propetips/propetip-18/>
- Guimarães, J.A.C., & Tognoli, N.B. (2015). Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. *Knowledge Organization*, 42(8), 562-69.
- Haas, P. M. (1992). Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 46(1) 1-35.
- Hayashi, M. C. P. I. (2014) Handbooks: base de conhecimento para a compreensão dos estudos sobre ciência, tecnologia, inovação e sociedade. *Estudos de Sociologia*, 19(37), 493-501.
- Hayashi, M. C. P. I., & Guimarães, J. A. C. (2024). Dinâmicas sociais e princípios éticos: chaves de leitura sobre retratação em publicações. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22, e024022
- Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information Science: eleven approaches — traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, 58(40), 422-462.
- Hjørland, B. (2008). What is Knowledge Organization (KO). *Knowledge Organization* 35(2), 86-101.
- Hjørland, B. (2017). Domain Analysis. In: Hjørland, B. & Gvoli, C. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6) 400-425.
- Hjørland, B., & Hartel, J. (2003). Afterword: Ontological, Epistemological and Sociological Dimensions of Domains. *Knowledge Organization*, 30(3/4) 239-245.
- IBICT. Introdução às boas práticas editoriais e sua relevância. 2024. Disponível em: <https://manuelzao.ibict.br/introducao-as-boas-praticas-editoriais-e-sua-relevancia/>

- ICMJE. International Committee of Medical Journal Editors (2025). Recommendations for conducting, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals. Updated 2025.
<https://www.icmje.org/recommendations/>
- Knowledge Organization (2015). 42(8) China:IMR Press.
<https://www.imrpress.com/journal/KO/42/8>
- Knowledge Organization. (2003). 30(3-4) China:IMR Press.
<https://www.imrpress.com/journal/KO/30/3-4>
- Llorens, J. et al. (2004). Automatic generation of domain representations using thesaurus structures. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 55(10), 846-858.
- Mai, J.-E. (2005). Analysis in indexing: Document and domain centered approaches. *Information processing and management*, 41, 599-611.
- Martin, B. R., Nightingale, P., & Yegros-Yegros, A. (2012). Science and technology studies: Exploring the knowledge base. *Research Policy*, 41(7), 1182-1204.
doi:10.1016/j.respol.2012.03.010
- Merton, R. K. (1973). *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. University of Chicago Press.
- Meyer, M.; Molineux-Hodgson, S. (2010). Introduction: the dynamics of epistemic communities. *Sociological Research Online*, 15(2), 109-115.
- Mota, D.A. R. ; Kobashi, N. Y. (2019). Representação e recuperação de informações: contexto, relevância e pertinência. In: Albuquerque, M. E. B. C. de; Martins, G. K.; Mota, D. A. R.(org.) *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, p. 182-201.
- Neighbors, J. M. (1981) *Software Construction Using Components*. (Doctoral Dissertation). Department of Information and Computer Science, University of California, Irvine
- Paisley, W. (1972). The role of invisible colleges in scientific information transfer. *Educational Researcher*, 1(4), 5-8+18.
- Prieto-Díaz, R. (1987). Domain Analysis for Reusability. In: *Proceedings of COMPSAC'87*, Tokyo, Japan, (23-29), October.
- Rego-Piva, L. M. (2020). A Revista BRAJIS como espaço de produção científica em Ciência da Informação: uma análise de domínio como subsídio metodológico à avaliação de periódicos científicos.[Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista de Marília] UNESP, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.
- Ritzer, G. (1991). *Metatheorizing in Sociology*. Lexington: Lexington Books.
- Royal Society. (2023). *The Philosophical Transactions: the world's first science journal*.
<https://royalsociety.org/journals/philosophical-transactions-a/>
- Smiraglia, R. P. (2012). Epistemology of domain analysis. In: Smiraglia, R.P. & Lee, H.-L. (Eds.) *Cultural Frames of Knowledge*, 111-124. Wurzberg: Ergon.
- Smiraglia, R. P. (2015). Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. *Knowledge Organization*, 42(8) 602-611.
- Smiraglia, Richar.P.; López-Huertas, Maria José (2015). Domain analysis redux: na introduction. *Knowledge Organization*, 42(8), 553-556.
- Society for Social Studies of Science (4S). (2023, April 7). Recognition and reward in STS and beyond: Re-evaluating the endangered ecology of academia. 4S Online.
https://4sonline.org/news_manager.php?page=31518
- Swales, J. (1990). The concept of discourse community. In: *Genre analysis: English in Academic and Research Settings*. Boston: Cambridge University Press, 466-80.
- Tennis, J. T. (2003). Two axes of domains for domain analysis. *Knowledge Organization*, 30(3/4), 191-195.
- Thellefsen, T.I.; Thellefsen, M. M. (2004). Pragmatic semiotics and knowledge organization. *Knowledge Organization*, 31(2), 177-187.
- Van Dijk, T. A. (1977). *Text and Context*. London: Longman.

7 Agradecimento

Os autores agradecem a especial contribuição da **Profa. Dra. Maria Cláudia Cabrini Gracio**, cuja leitura atenta e verticalizada levou a importantes sugestões que contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento do trabalho.